

## **HOMERO E O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE A *ILÍADA* E A *ODISSÉIA*<sup>1</sup>**

ANA PENHA GABRECHT<sup>2</sup>

GILVAN VENTURA DA SILVA<sup>3</sup>

### **RESUMO:**

Este artigo busca analisar em que circunstâncias as epopéias homéricas foram concebidas. Para tal, foi necessário recuar até a civilização micênica e procurar nela algumas das realidades descritas por Homero. Isso é possível, pois se sabe que a *Ilíada* e da *Odisséia* fazem parte de uma longa tradição de mitos transmitidos oralmente por gerações e gerações. Nesse artigo procede-se também ao estudo do contexto histórico da Idade das Trevas. Ao final, discute-se a relação de Homero com a História, problematizando acerca da “veracidade” e da pertinência do uso dos poemas como documento histórico.

**Palavras-chave:** Homero — *Ilíada* — Idade das Trevas

### **ABSTRACT:**

This article searches to analyze how circumstances the Homeric epopees were conceived. For this was necessary draw back until the Mycenaean civilization and look for here some realities described for Homer. It's possible because is known that the *Iliad* and *Odyssey* are constituent of a long tradition of oral myths. Also, this article makes a study of historic context of Dark Ages. Last, examines the relation between Homer and history discussing about the “veracity” and the possibility of poems use like historical documents.

**Key-words:** Homer — *Iliad* — Dark Ages

## A CIVILIZAÇÃO MICÊNICA<sup>4</sup>

É famosa a história do alemão Heinrich Schliemann, um homem apaixonado pela poesia homérica, um arqueólogo amador decidido a encontrar a todo custo os locais descritos pelas duas epopéias que os antigos atribuíram a Homero: a *Ilíada* e a *Odisséia*. É certo que suas escavações, realizadas no final do século XIX, provocaram danos irreparáveis em muitos dos sítios arqueológicos contra os quais investiu, no entanto, suas escavações em Micenas — à procura do palácio do rei Agamêmnon — serviram para revelar que houve civilizações no Egeu muito antes de os gregos históricos entrarem em cena (Chadwick, 1996:178). Quando Schliemann descobriu o primeiro círculo de sepulturas em Micenas não teve a menor dúvida de que havia desenterrado uma dinastia grega.<sup>5</sup>

Mas que civilização seria essa descoberta por Schliemann? Em que se relaciona com o período abarcado pelo presente artigo? Sabe-se que os poemas homéricos remontam a um período da História grega conhecido como Idade das Trevas ou Séculos Obscuros. Esse recorte temporal é assim denominado por ter ocorrido no mundo grego o desaparecimento da escrita e uma acentuada diminuição dos registros materiais e artísticos (Mossé, 1989:32). O que se sabe sobre essa época é baseado, principalmente, no relato da poesia transmitida oralmente pelos aedos<sup>6</sup> (Morris, 2001:59), da qual a *Ilíada* é fruto. O adjetivo “obscuro” ou o termo “trevas” não são utilizados aqui de forma pejorativa, no mesmo sentido que o senso comum costuma utilizar quando se refere à Idade Média européia. O período é obscuro, *para nós*, devido ao pouco que sabemos e que poderemos saber a respeito dessa época (Finley, 1966:14). Na verdade, somos *nós* que tateamos no escuro.

A civilização micênica desenvolveu-se durante o período que se convencionou chamar de Idade do Bronze,<sup>7</sup> aproximadamente entre 1600 e 1200 a.C., e seus principais centros eram Micenas, Argos, Pilos e Tebas. Subitamente, Micenas tornou-se um centro de riqueza e poder, uma civilização guerreira inigualável na região. A razão de toda essa expansão é motivo de grande especulação entre historiadores e arqueólogos. De acordo com Finley (1990:51), o que aconteceu exatamente continua um mistério, assunto de especulações infundáveis e controvérsias. Page (1965:13)

esboça uma hipótese um tanto ou quanto romântica para explicar a origem desse poderio micênico. Segundo ele,

[...] entre 2000 e 1900 a.C. a Grécia foi invadida e ocupada, permanentemente, por um povo novo, o primeiro a falar a língua grega. Depois de centenas de anos de fusão com a população nativa, esses invasores gregos caíram sobre [sic] o encanto da Creta minóica, e a fusão das duas culturas resultou num dos mais brilhantes períodos de civilização em toda a história da Grécia [...]

Já, para Taylour (1964:167), o florescimento da civilização micênica coincide com a destruição de Cnossos na primeira metade do século XIV a.C. Segundo esse autor, havia certa rivalidade entre os incipientes reinos da Grécia continental e Creta pelo controle do Mediterrâneo. A catástrofe que se abateu sobre a ilha — evento que ainda permanece obscuro — favoreceu o desenvolvimento de Micenas. Taylour (1964:167-71) tenta comprovar sua hipótese baseando-se nas tabuinhas do linear B, das quais se tratará mais adiante.

São várias as teorias para explicar o súbito florescimento da civilização micênica, mas ainda não se chegou a um consenso entre os historiadores. O que se sabe com certeza é que, como afirmou Page (1965:13), essa foi uma civilização que alcançou excepcional desenvolvimento material e artístico.

Imensos túmulos em forma de abóbada encontrados pelos arqueólogos atestam a grandeza à qual Page se refere. Essa descoberta revelou um crescimento contínuo das habilidades técnicas e artísticas e também uma crescente concentração de poder, fato que ocorreu de modo semelhante em muitas partes da Grécia central e do Peloponeso. Nesses túmulos, conhecidos como *tholoi* (“abobadados”), foram encontrados luxuosos objetos funerários, revelando que as famílias que ali se encontravam pertenciam a altas posições na escala hierárquica. Finley (1990:56-9) afirma que não há dúvida de que esses túmulos-*tholoi* indicam não apenas poder, mas, sobretudo, uma posição excepcional na hierarquia. Os reis e os nobres micênicos despenderam suas riquezas e expressaram seu poder, arquetonicamente, por meio dessas câmaras funerárias.

O período dos túmulos-*tholoi* corresponde à época em que as atividades comerciais micênicas tornam-se mais evidentes no estrangeiro. Os objetos encontrados

nos túmulos escavados revelam sinais evidentes de múltiplos e variados contatos com o mundo exterior: âmbar proveniente do Norte, obsidiana das ilhas Lípari, marfim da Síria e, ouro, provavelmente do Egito (Taylour, 1964:166). Finley (1990:58) dá certeza quanto à existência de um comércio intenso entre as cidades micênicas e as regiões circundantes. O autor supõe uma concorrência com Creta nesse aspecto, assim como Taylour havia sugerido. Finley (*ib.*) confirma que materiais como o âmbar e o marfim não poderiam ter chegado à Grécia por nenhum outro meio, assim como a maior parte do ouro, zinco e cobre.

Diante disso, Chadwick (1996:178) afirma que a maior civilização pré-clássica floresceu no que foi denominado Período Micênico. Mas por que civilização micênica? Teria Micenas exercido hegemonia cultural e política no mundo grego durante aproximadamente quatrocentos anos, tanto no continente quanto nas ilhas? Os pesquisadores têm registrado bastante uniformidade nos vestígios arqueológicos, daí nomear toda a sociedade da época, e não só os habitantes da cidade de Micenas, como “micênica”, embora não se denominassem assim na Antiguidade. Homero refere-se aos gregos que participaram da Guerra de Tróia pelo nome de “dânaos” (*Il.*, I, 42), ou “aqueus” (*Il.*, I, 2 ss). Provavelmente, este último tenha sido o nome pelo qual os gregos denominavam-se no Período Micênico.

Finley (1990:51) alerta quanto ao perigo de usar um “rótulo” tal qual “civilização micênica”. De acordo com o autor, é possível usá-lo, desde que seja mantido em sentido abstrato, como “islâmico”. Deve-se evitar pensar que esse rótulo sugira uma autoridade política centralizada, uma sociedade controlada por Micenas, assim como acontecia com o Império Assírio, sob o comando da cidade de Assur. Tal interpretação não se aplica à civilização micênica.

Baseando-se na poesia homérica, Page (1965:18) afirma que a Grécia micênica organiza-se em uma teia de reinos mais ou menos independentes, grandes e pequenos, todos centralizados em um grande palácio, como Pilos, Atenas, Micenas, Tebas e outros; e devendo fidelidade, de uma forma indefinida, a um reino, o de Agamêmnon, em Micenas. Ao que parece, há estudiosos que crêem na supremacia política de Micenas, baseados nos relatos de Homero. Assim como Page, Chadwick (1996:183) cogita essa hipótese:

Em Tirinto, a poucas milhas de Micenas, havia um enorme palácio com sólidas muralhas. Sua provável função era defender o porto, mas, com o tempo, o mar se distanciou. Seria incrível se tal castelo fosse, como está implícito em Homero, a sede de um reino independente. De qualquer modo, foi talvez controlado pelo rei de Micenas, que pode ter sido um suserano que recebia vassalagem de outros soberanos menores.

Baseando-se em evidências arqueológicas, Finley (1990:61) questiona essa hegemonia do palácio de Micenas. De acordo com o autor, o quadro resultante das análises arqueológicas mostra uma divisão da Grécia micênica em vários pequenos Estados, com uma aristocracia guerreira, um artesanato de alto nível, um intenso comércio exterior de produtos utilitários e de artigos de luxo e uma condição permanente de neutralidade armada nas relações entre os reinos. Só ocasionalmente vêem-se casos de submissão. Para o autor, nada indica uma supremacia por parte de Micenas. Tal noção baseia-se inteiramente nos poemas homéricos, em que Agamêmnon é comandante-em-chefe de um exército de coalizão durante uma expedição contra Tróia. Percebe-se então, a importância do alerta de Finley quanto aos riscos de se confiar em demasia nos relatos homéricos.

A despeito das várias dúvidas, algumas insolúveis, é possível ter acesso a algumas informações seguras acerca da civilização micênica. O que vem clarear esse passado micênico da Grécia é a descoberta de sua escrita, batizada de “Linear B”: em 1939, foram encontradas no palácio de Pilos, na Grécia continental, cerca de seiscentas tabuinhas de argila escritas nesse tipo de notação. No entanto, essas tabuinhas não eram desconhecidas, algo semelhante já tinha sido encontrado no palácio de Cnossos, em Creta, por Artur Evans nos primeiros anos do século XX (Taylour, 1964:28).

Evans, na época um estudante de arqueologia, começou suas escavações no interior de Creta. O desejo do jovem era encontrar algum vestígio micênico na ilha, que rivalizasse em grandeza com os encontrados no continente. Evans e sua equipe acabaram desenterrando em Cnossos um grande complexo de edifícios, um palácio certamente importante, mas que diferia muito das construções micênicas e, o que surpreendeu a todos, datando de um período bem anterior ao florescimento de Micenas. De acordo com Chadwick (1996:180), é aceito hoje em dia que uma civilização de alto

nível desenvolveu-se em Creta, pelo menos duzentos anos antes que o continente começasse a seguir-lhe o exemplo. Vendo que não se tratava da mesma cultura, Evans cunhou o termo “minóico” para nomear a cultura da Idade do Bronze de Creta.

Nas ruínas do palácio de Cnossos, Evans encontrou grande quantidade de tabuinhas de argila com inscrições. Não duvidou de que se tratava de um tipo de escrita. Os caracteres, contudo, diferiam de qualquer outro sistema gráfico conhecido até então. Evans batizou esse sistema gráfico de “Linear A”, porque os sinais eram simples esboços (Chadwick, 1996:180).

Suas descobertas em Creta motivaram outros arqueólogos, que escavaram novos palácios importantes em Festos, Mália e Hágia Tríada (Taylour, 1964:28). Nesses sítios também foram encontradas tabuinhas de argila, mas bem diferentes das desenterradas anteriormente em Cnossos. Evans pensou tratar-se de uma versão ulterior — o que, mais tarde, foi comprovado — e denominou o sistema gráfico que continham de “Linear B”. Várias tabuinhas em Linear B também foram encontradas nas ruínas do palácio de Cnossos. No entanto, esse achado restringe-se ao último período palaciano, que os arqueólogos situam entre os anos de 1450 e 1375 a.C. (Chadwick, 1996:180). Isso sugere uma evidente interação entre a civilização micênica e Creta, pelo menos nos últimos anos de existência da civilização cretense. De acordo com as evidências arqueológicas, é bem provável que tenha ocorrido um domínio de Pilos sobre Cnossos, a partir de 1450 a.C.

Evans dedicou-se a estudar as tabuinhas do Linear B — encontradas em maior quantidade. No entanto, seu trabalho foi interrompido pela eclosão das guerras balcânicas e, posteriormente, pela Primeira Guerra Mundial.

A descoberta das tabuinhas do Linear B no palácio de Pilos, em 1939, alteraria totalmente a situação em que, naquele momento, se encontravam os estudos sobre essa escrita. Uma equipe greco-americana chefiada por Carl Blegen conseguiu encontrar nas ruínas do palácio de Pilos, na Grécia continental, o local que ficou conhecido como “sala do arquivo”, pois continha centenas de tabuinhas de argila grafadas em Linear B, já bastante conhecidas pelos pesquisadores de Cnossos (Chadwick, 1996:182). Descobriu-se então que o Linear B não estava restrito somente a Cnossos, ou mesmo a Creta, mas que fora usado também no continente.

O avanço decisivo nas pesquisas sobre o Linear B ocorreu em 1954, com a decifração dessa escrita, realizada por Michael Ventris, e a publicação, em 1956, da obra *Documents in Mycenaean Greek*, em conjunto com John Chadwick. Essa obra traz, em sua primeira parte, o contexto histórico da civilização micênica e a história da tradução do Linear B, enquanto que a segunda parte é composta de trezentos textos traduzidos e comentados pelos dois autores.

A decifração e a publicação da obra de Ventris e Chadwick mostraram que o Linear B era uma ferramenta burocrática, utilizada como instrumento da administração, fortemente centralizada dos reinos micênicos. Não há registros de uso particular dessa escrita (Chadwick, 1973:155). Ao que parece, seu uso era exclusivo dos escribas encarregados de fazer os registros de arquivo, como listas e inventários. Ventris e Chadwick dividiram os documentos em seis categorias: listas de pessoal; gado e produtos agrícolas; propriedade e uso da terra; tributo proporcional e oferendas rituais; tecidos, vasilhas e móveis; metais e equipamentos militares. Pelo que se pode ver, a História Econômica foi uma das principais beneficiadas com a decifração dos documentos (Finley, 1989:217-8).

A recente decifração do Linear B — considerada pelos pesquisadores como a escrita da civilização micênica — ajudou bastante na transcrição do grego arcaico, pois se percebeu que a escrita servia para transcrever uma língua pertencente ao grego (Mossé, 1989:16). Finley (1966:13) considera que o idioma grafado em Linear B era uma forma arcaica de grego.

Finley (1989:218) destaca três aspectos interessantes acerca das tabuinhas do Linear B. Primeiro, é impressionante perceber que embora venham de locais diferentes e relativamente distantes, há uma surpreendente uniformidade na linguagem e no conteúdo das tabuinhas. O segundo aspecto diz respeito ao uso de fórmulas rígidas que não se alteram, dos textos mais complicados aos mais simples. O terceiro aspecto, talvez o mais surpreendente, é o fato de que essas tabuinhas chegaram até nós de forma acidental. Foi-nos permitido conhecê-las, pois se mantiveram conservadas pelo incêndio que destruiu os palácios micênicos na passagem do século XIII para o XII a.C. O mesmo ocorreu com os palácios cretenses, alguns séculos antes.

Sendo um instrumento burocrático por excelência, o costume era triturar as tabuinhas em um curto período de tempo — um ano ou menos. Assim que a operação

para qual tinham sido confeccionados tivesse sido encerrada, os documentos eram destruídos para que fossem reutilizados. No entanto, isso não implica que os escribas micênicos não atribuíssem o valor devido às tabuinhas (Finley, 1989:219). De qualquer modo, foi por obra do acaso que elas puderam chegar até nós.

Os achados mostram que o uso da escrita não estava muito disseminado na Grécia micênica. Chadwick (1996:184) afirma que:

Nenhuma tabuinha foi encontrada em sítios menos importantes; os locais onde estavam as tabuinhas eram palácios ou lugares situados tão perto de palácios que podem ser considerados suas dependências. De uso particular da escrita não há qualquer vestígio [...]. A escrita parece ter sido uma ferramenta exclusivamente burocrática, um método necessário de escriturar os registros administrativos e documentos, mas nunca foi utilizada para outros propósitos.

Wace, arqueólogo que comandou algumas escavações em Micenas, encontrou uma série de tabuinhas que julgou pertencer a casas particulares, provavelmente de mercadores. Chadwick (1973:156), porém, contesta essa idéia. Para ele, o fato de terem sido encontradas fora das muralhas do palácio, não assegura que essas tabuinhas estivessem fora do controle burocrático. As casas particulares podem até ter sido casas de mercadores, mas as próprias tabuinhas indicam que todo o comércio da época estava sob o controle dos funcionários do palácio. Outra prova de que a escrita não estava disseminada na Grécia micênica é o fato de não se conhecer uma única inscrição em Linear B gravada em pedra, nenhuma laje funerária que traga o nome do morto e nenhum edifício público que porte o nome de seu construtor. Isso tudo faz com que Chadwick (1973:157) conclua que a população micênica, em geral, era analfabeta, fato considerado notável pelo autor, uma vez que, em Creta, foram encontradas inscrições em Linear A sobre objetos de pedra e metal de uso cotidiano, denotando que os artesãos, além dos escribas também possuíam o domínio da escrita. No entanto, isso não quer necessariamente dizer que, em Creta, a escrita estava difundida entre a população, uma vez que os artesãos também são funcionários ligados ao palácio.

Por mais incomum que isso possa parecer, supõe-se que, no mundo micênico, além dos escribas, outras categorias sociais detivessem o domínio da escrita. A maioria

das pessoas permaneceu iletrada. Todavia, existem exceções. Jarros inscritos foram encontrados em pelo menos quatro sítios da Grécia micênica, diferentes daqueles em que foram encontradas as tabuinhas. Desse modo, podemos concluir que a escrita não estava limitada aos estados palacianos que mantinham arquivos. Chadwick (1973:157) resume essa discussão, afirmando que a escrita na Grécia micênica não tinha muito uso fora dos círculos burocráticos. É muito provável que tanto os membros mais eminentes quanto os mais inferiores da hierarquia social fossem analfabetos.

Essa constatação, no entanto, suscita algumas dúvidas. Não se conhece nenhum tipo de literatura produzida em Linear B e parece estranho que um invento tão útil quanto a escrita se limitasse a tão rotineiros usos. Fica a pergunta: por que os micênicos não utilizaram sua escrita para outros fins? Chadwick (1973:158) responde que se deve perguntar até que ponto seria facilmente inteligível um documento escrito em Linear B para uma pessoa que ignorasse as circunstâncias do mesmo. Sendo assim, as possibilidades de se encontrarem bibliotecas micênicas são muito escassas.

Apesar das dificuldades na documentação, as tabuinhas revelam aspectos da economia interna de vários reinos, detalhes do funcionamento de um governo autocrático que atuava através de um exército de funcionários que mediam, contavam, recolhiam, distribuía e registravam. Revelam uma vida social centralizada em torno do palácio real, cujo papel é, ao mesmo tempo político, religioso, militar, administrativo e econômico. Por intermédio de escribas e de uma hierarquia complexa de dignitários do palácio e de inspetores reais, o rei micênico (*anax*) controla e regulamenta minuciosamente todos os setores da vida social (Vernant, 2003:24).

Diante de todo esse panorama exposto acerca da história de Micenas e do Linear B, é pertinente questionar qual é a relação destes com Homero. As tabuinhas do Linear B podem lançar alguma luz na compreensão do mundo homérico? Atualmente existem duas correntes de pensamento a esse respeito, uma que considera certa continuidade de Micenas a Homero, como Finley (1989) e Thomas (1966), e outra, representada por Mossé (1989) e Page (1965), que não vê relação entre os dois mundos. Chadwick (1973:159) crê que a melhor solução seja a eclética, ou seja, não se deve negar que muitas características do mundo homérico levam à origens micênicas, porém há algumas lacunas nas epopéias que, por vezes, fazem crer que Homero desconhecia totalmente esse passado micênico.

Essa é de fato uma questão controversa, mas, seja qual for a posição adotada, não é possível negar que a decifração do Linear B introduziu um elemento totalmente novo no problema homérico (Chadwick, 1973:161). Permitindo retroceder uns sete séculos de História grega, o Linear B fez com que fosse ampliado em muito o conhecimento acerca de um período que até bem pouco tempo atrás era desconhecido. Descoberta a civilização micênica, os pesquisadores propuseram-se a identificar sua relação com o mundo descrito por Homero.

Mossé (1989:28) questiona essa relação de continuidade entre as epopéias homéricas e a civilização micênica. Para a autora, apesar da descoberta arqueológica de Micenas, Tirinto e Pilos, é preciso questionar se, de fato, se trata da Micenas de Agamêmnon ou da Pilos de Nestor, tal qual Schliemann sonhava encontrar.

Então, tudo não passa de ficção? É pertinente lançar a pergunta que Mossé (1989:29) propõe: “Se o mundo micênico não é o mundo de Homero, o que se passou, então, entre um e outro? Como preencher esse vazio que separa o fim dos palácios da época em que os poemas foram compostos?”

Essas questões serão abordadas durante a análise da desagregação da civilização micênica e o período imediatamente posterior.

## **OS SÉCULOS OBSCUROS**

O final da Idade do Bronze sobreveio de forma bastante súbita na Grécia. De acordo com Finley (1990:67), seu término foi mais abrupto que a desagregação da maioria das civilizações antigas. A arqueologia informa que os palácios micênicos desapareceram todos ou quase todos na passagem do século XIII para o XII a.C. Assim como sua ascensão, os motivos de seu colapso não estão totalmente comprovados.

O que de fato levou à dissolução da civilização micênica constitui um problema que vem intrigando os especialistas há muito tempo. O deciframento do Linear B não ajudou muito nessa questão.

A maioria dos pesquisadores atribui como causa desse colapso à chegada de novos grupos invasores à Grécia. Mas que grupos seriam esses? Durante muito tempo,

falou-se em uma invasão dórica. Chadwick (1973:128) considera essa hipótese, porém com algumas reservas. De acordo com ele, “há motivos para crer que o último acontecimento foi uma invasão de gregos dórios provenientes da região inóspita do noroeste; porém não temos provas de que foi esta a causa principal de tal ruína”. Vernant (2003:10 e 18) também menciona tribos dóricas promovendo a destruição da estrutura social micênica.

Não existem evidências arqueológicas consistentes que comprovem o colapso da civilização micênica por interferência dos dórios. Segundo Mossé (1989:30), não é possível encontrar nos documentos arqueológicos qualquer traço passível de permitir identificar uma “civilização dórica” que tivesse substituído a civilização micênica. Finley (1990:68) também considera que essa visão não tem respaldo algum. Para Thomas (1966:394), os dórios não causaram a destruição de Micenas, mas, aproveitando-se do fato de que as regiões fragilizadas pelos ataques ofereceram pouca ou nenhuma resistência, desfrutaram os benefícios dos primeiros invasores. É notável que, apesar de essa já ser uma opinião corrente entre os especialistas, a imagem dos dórios como destruidores da civilização micênica ainda é compartilhada por diversos autores, entre eles Vernant e Tylor.

Abandonando a idéia de uma “invasão dórica”, os pesquisadores começaram a trabalhar novas hipóteses para explicar como ocorreu o colapso da civilização micênica. Mossé (1989:30) acredita que a destruição dos palácios micênicos esteja relacionada com todo um conjunto de deslocamentos populacionais que afetou o Mediterrâneo oriental por volta de fins do século XIII a.C. A chegada dos dórios à Península, ou seja, de povos que falavam um dialeto grego diferente dos micênicos, inscreve-se talvez nesse turbilhão geral sem ser o seu elemento principal. Para a autora, não houve a substituição de um domínio por um outro. Os povos recém-chegados, nos casos em que se instalavam permanentemente num lugar, acabavam por se fundir com a população local.

A despeito das conjecturas acerca de quem eram os invasores, o que se sabe de fato é que, no final do século XIII a.C., o sistema palaciano micênico foi destruído por vagas nômades que provavelmente estavam conectadas de alguma forma com os “Povos do Mar” que atacaram o Egito, a Síria, o Império Hitita, Chipre e a costa da Palestina em um período de cinquenta anos, entre 1230 a 1180 a.C. (Thomas, 1966:393).

Da Tessália à Messênia, pelo menos uma dúzia de fortalezas e complexos palacianos micênicos foram destruídos, incluindo importantes centros como Iolcos, Glá, Pilos e Micenas. Toda essa devastação data do mesmo período, o final do século XIII a.C., aproximadamente. Várias regiões do Mediterrâneo foram atacadas nessa mesma época. O Império Hitita foi dissolvido por volta de 1200-1190 a.C., porém não foram encontradas referências textuais que permitam identificar que povo foi responsável por esse feito, ainda que leituras de fontes egípcias levaram a classificá-los como os mesmos “Povos do Mar” que atacaram o Egito no início do século XII a.C., durante o reinado de Ramsés III (Finley, 1990:67).

Não se sabe ao certo quem eram esses “Povos do Mar”, mas se especula que fossem provenientes da região dos montes Cárpatos e do Danúbio, no coração da Europa. Seu deslocamento não foi um movimento planejado ou organizado, tal qual uma coalizão. Ao contrário, teve um ritmo irregular, avançando em direções e momentos diferentes, como no caso do Egito, que sofreu ataques, primeiro, a partir do Ocidente e, cerca de uma geração depois, pelo nordeste. Os ataques à Grécia partiram do norte e seus invasores alcançaram bastante êxito, conseguindo destruir fortalezas e palácios — fato que nos permitiu ter acesso às tabuinhas do Linear B, como citado anteriormente.

Thomas (1966:393) argumenta que a hipótese de grupos invasores é necessária para explicar a destruição de Micenas: se a queda dos palácios fosse ocasionada por algum motivo interno, poderíamos esperar a continuidade do sistema palaciano micênico, não ocorrendo a total destruição de sua organização sociopolítica e econômica. Depois desses acontecimentos, a Grécia nunca mais veria um sistema palaciano centralizado como o da era micênica.

O que se seguiu após toda essa destruição foi um período de acentuada escassez material e artística e o desaparecimento da escrita no mundo grego (Burkert, 1993:109). Justamente por esse motivo, esse período foi chamado de obscuro, pois, na falta de documentos escritos, pouca coisa se sabe sobre aquilo que aconteceu no Egeu (Mossé, 1989:32).

Esse período obscuro da História grega, que durou aproximadamente quatrocentos anos, entre 1200 e 800 a.C., é também chamado de Idade das Trevas. Se

comparado à grandiosidade da produção material micênica, pode-se dizer que houve de fato uma redução da produção material e artística no período.

Após tamanha devastação, as comunidades que resistiram acabaram por isolar-se, voltando-se para si mesmas. Um novo tipo de sociedade formou-se a partir das comunidades empobrecidas que sobreviveram à grande catástrofe. Para Finley (1990:74), a civilização micênica foi decapitada e os sobreviventes construíram um novo tipo de sociedade. No entanto, não quer dizer que isso ocorreu a partir de uma *tábula rasa*, ou seja, que essa nova sociedade não possui nenhuma influência micênica. Seria incorreto pensar que todos os traços da sociedade micênica foram apagados do mundo grego após o século XII a.C. (Thomas, 1966:388). Logicamente, as pessoas que permaneceram continuaram a plantar, criar animais e produzir cerâmica, utilizando as mesmas técnicas de antes, mas agora a sociedade organizava-se de forma diferente, criando novos valores. É por todas essas transformações que Finley (1990:75) afirma que a chegada da Idade das Trevas marca o fim da Idade do Bronze.

Quanto aos aspectos culturais, a cerâmica tornou-se menos sofisticada em comparação com a produção micênica, se considerarmos os aspectos estilísticos e técnicos. Os motivos de animais e as figuras humanas desapareceram, dando lugar a figuras geométricas. Finley (1990:74) sugere que isso tenha ocorrido devido à perda do controle econômico por parte do palácio após as invasões, ou devido a uma redução considerável na comunicação e no comércio inter-regionais.

Os trabalhos arqueológicos sobre a Idade das Trevas tendem a sugerir subdivisões com base nas diferenças de estilo da cerâmica (Starr, 1961:78). O primeiro período inicia-se logo após a queda dos palácios micênicos e vai até meados do século IX a.C., caracterizado por uma acentuada retração da produção material, um súbito decréscimo populacional e uma continuidade dos movimentos migratórios que assolavam o Egeu. Apesar de se conservarem ainda alguns exemplares de cerâmica micênica, a partir desse período, a cerâmica produzida entra num processo de acelerada redução quantitativa. Os grandes motivos micênicos desaparecem e a cerâmica passa a ser adornada com padrões geométricos, daí essa fase ser conhecida como *Protogeométrica*.

É nessa época que a escrita mergulha em absoluto esquecimento. Para Chadwick (1973:157-8), a estreita conexão da escrita com a administração central explica porque

esta não sobreviveu às catástrofes que destruíram os palácios. Concordando com Chadwick, Finley (1990:72) não considera estranho o desaparecimento da escrita, uma vez que esta possuía como função primordial, no mundo micênico, atender às necessidades administrativas do palácio, como se viu anteriormente. Com o desaparecimento do palácio, desaparece também a necessidade da escrita e, por conseguinte, essa técnica. Daí a dificuldade de se obterem informações acerca desse período. O que se conhece vem dos resquícios arqueológicos e das duas epopéias atribuídas a Homero (Finley, 1988:25 ss.).

O quadro traçado até agora varia de região para região, mas é notável a uniformidade dos vestígios. Segundo Finley (1990:80), “há uma névoa uniforme por todo lugar”. Ao que parece, a maioria das populações nativas da Ásia Menor também passou por uma Idade das Trevas.

Como já foi dito, a representação pictórica de figuras humanas e animais desaparecera; também não há mais construções grandiosas — palacianas, militares ou religiosas —, não se produzem mais objetos de luxo, jóias, todas as importações de objetos supérfluos desaparecem. Os grandiosos túmulos-*tholoi* desaparecem, o material que ornamenta os túmulos torna-se cada vez mais raro (Mossé, 1989:33). Muitas regiões apresentam mudanças não só na estrutura das sepulturas, como também nas práticas funerárias (Finley, 1990:80-1). Um fato interessante que marca esse período é a substituição da inumação pela cremação — prática desconhecida pelos micênicos, que sepultavam seus mortos, ao passo que a partir de 1050 a.C. aproximadamente, a cremação torna-se universal na maior parte do mundo grego. Apesar do retorno da inumação ao continente, aproximadamente 250 anos depois, a cremação continua como prática corrente em Creta, nas ilhas Cíclades, em Rodes e na Jônia (Finley, 1990:92).

Por volta de meados do século XI, inicia-se um novo período, uma espécie de “Renascimento” no mundo egeu. É nessa época que devemos situar a chegada dos dórios ao Peloponeso. Vemos na *Odisséia* uma provável reminiscência dessa situação, quando Odisseu diz: “Existe, ao longo do mar, cor de vinho, uma terra chamada Creta [...] e há nela inúmeros homens e noventa cidades, cujas línguas se misturam, lado a lado vêm-se aqueus, cidônios, corajosos eteo-cretenses, dórios de cabelos ondulados e nobres pelasgos” (*Od.*, XIX, 172-7).

Nesse período, vê-se também o estabelecimento de colônias gregas nas costas ocidentais da Ásia Menor. Trata-se de pequenas comunidades oriundas da Grécia continental que se estabelecem nessas regiões (Mossé, 1989:33). O fato de os gregos terem-se estabelecido nas costas da Ásia Menor e restabelecido os contatos com o Oriente iria ter importantes conseqüências. A primeira e mais importante delas, de acordo com Mossé (1989:34), é o início da metalurgia do ferro, metal que viria a se mostrar muito mais eficiente que o bronze. O ferro revelar-se-ia não só mais resistente, como também de mais fácil obtenção, de tal modo que, no século XI, a metalurgia do bronze tinha praticamente desaparecido perante o crescente avanço do ferro, tornado agora praticamente o único metal utilizado. Um impulso na metalurgia é perceptível na abundante descoberta de tripodes, caldeirões, alfinetes decorativos e armas datados desse período.

Em meados do século IX, assiste-se um retorno da cerâmica com motivos mais complexos. À semelhança do período anterior, os motivos continuam a ser essencialmente geométricos, só que agora formam figuras específicas, como desfiles de guerreiros e cenas de funerais. Devido às características da cerâmica, esse período histórico é chamado pelos especialistas de *Geométrico*. É nessa época também que se vê um súbito e acelerado crescimento da agricultura — contrário do que ocorria no início da Idade das Trevas, em que predominava uma economia pastoril adaptada a uma população dispersa (Mossé, 1989:36) — e um considerável aumento demográfico.

No entanto, um dos aspectos essenciais desse período é o retorno à Grécia da arte da escrita. A escrita retorna ao mundo grego adaptada do alfabeto aprendido com os comerciantes fenícios. Não se pode descrever nem tampouco datar com precisão esse processo de empréstimo. As hipóteses vão desde 1000 a 750 a.C. (Finley, 1988:17). No entanto, sua fonte é provavelmente uma escrita cursiva utilizada em atividades comerciais, em vez dos monumentais caracteres usados em Biblos, capital fenícia. É provável que os primeiros a utilizar esse novo alfabeto tenham sido os povos da Eubéia, Creta e Rodes, e que, a partir desses centros, a arte da escrita tenha-se espalhado para todas as comunidades gregas (Finley, 1990:96).

Deve-se ter em mente que o sistema alfabético fenício não foi simplesmente copiado, mas teve de ser transformado a fim de se adaptar às exigências da língua grega. De posse desse instrumento, os gregos poderiam registrar o que quisessem, desde o

nome do proprietário de um vaso de cerâmica a um poema das dimensões da *Ilíada*. Porém, há um grande abismo entre o que os gregos escreveram e o que hoje resta. A imensa maioria da literatura da Antigüidade recente grega — incluindo ciência, filosofia, teoria social — teve de enfrentar um árduo combate para sobreviver. Quando foram transcritas no novo alfabeto, as obras de Homero — e também de outros autores — eram escritas à mão sobre rolos geralmente feitos de papiro. Daqueles originais foram sendo feitas cópias, sempre à mão, sobre papiros e, mais tarde, sobre pergaminho. O problema é que esse material não se preserva durante muito tempo. O que sobreviveu foi o que tinha sido julgado digno de ser copiado e recopiado durante os séculos. A *Ilíada* e a *Odisséia* que são lidas hoje, mesmo se lidas no texto original, são versões laboriosamente compiladas a partir de manuscritos medievais, produtos finais de um número desconhecido de cópias sempre suscetíveis de transcrições erradas (Finley, 1988:17-8). As epopéias atribuídas a Homero foram os únicos documentos da Idade das Trevas que sobreviveram. É certo que não foram os únicos produzidos então. Existiram outros épicos (Grandsden, 1998:80), mas não se pode conhecê-los, pois não tiveram a mesma sorte que as epopéias de Homero, não houve quem os preservasse para que chegassem até nós.

Percebe-se então que a escrita só retorna ao final da Idade das Trevas, marcando assim, o final desse período. Mas como saber o que se passou ao longo desses quatrocentos anos? Por não haver documentos escritos, nosso conhecimento é baseado principalmente no relato da poesia transmitida oralmente. É inútil procurar detalhes da época entre os escritores antigos, pois os próprios gregos nada sabiam sobre esse lapso de tempo, iniciado por volta de 1200 a.C. Não há nenhuma comprovação histórica, em nossos dias, de que eles tivessem conhecimento da civilização micênica. Finley (1990:79) argumenta que os gregos dos tempos históricos, por não terem tradição de interrupção, não concebiam uma outra civilização no milênio anterior ao seu, embora soubessem, de modo vago e impreciso, que em outros tempos línguas diferentes foram faladas na Grécia e nas ilhas. Para eles, a “idade heróica” que conheciam dos poemas de Homero e dos mitos, como o de Édipo, por exemplo, foi meramente um estágio primitivo da História grega. Os gregos posteriores não conservaram memória alguma de uma civilização micênica distinta da sua própria e dela separada por um hiato, a Idade das Trevas. Só posteriormente — no século V — é que os gregos preocupar-se-iam com

uma História mais “científica”. No entanto, já era demasiado tarde, pois o passado mais remoto havia-se desvanecido sem deixar outros registros a não ser os poucos poemas que se fixaram por escrito e uma vasta e heterogênea massa de mitos transmitidos oralmente. O resultado disso é que os gregos antigos construíram uma imagem de sua História primitiva pós-micênica que não refletia as transformações que caracterizaram os Séculos Escuros. Nesse sentido, temos vantagem sobre os gregos antigos devido aos avanços da Arqueologia moderna, que nos permite saber muito mais sobre o passado grego do que os próprios gregos (Finley, 1966:24-5).

Vê-se então, que é quase impossível escrever uma História da Idade das Trevas. Mesmo utilizando os recursos da Arqueologia, da Lingüística, da Mitologia Comparada e o testemunho de documentos contemporâneos, encontrados na Síria e no Egito, nada pode suprir a inexistência de escrita na Grécia daquele tempo. Devido a essa carência, a solução para o historiador é voltar-se para as epopéias que sobreviveram e utilizá-las como fonte histórica. Essas epopéias são a *Ilíada* e a *Odisséia*, dois poemas épicos que consistem, respectivamente, em cerca de dezesseis mil e doze mil versos, atribuídos a um aedo de nome Homero.

Diante do quadro exposto sobre a Idade das Trevas, pode-se perceber que esse termo é mais do que controverso: é, por vezes, enganador. Deve-se considerar trevas somente para *nós*, devido a *nossa* ignorância sobre o que aconteceu. No entanto, não foram trevas para os gregos, visto as inovações e as grandiosas epopéias que sobreviveram e são estudadas até hoje.

## **LUZES ENTRE AS TREVAS: AS EPOPÉIAS HOMÉRICAS**

O valor e a importância das epopéias homéricas para a cultura mundial são inegáveis. Homero, de fato, influenciou a História (Taplin, 1986:92). As epopéias atribuídas a ele — a *Ilíada* e *Odisséia* — exerceram uma autoridade sem paralelo sobre os gregos, não só na literatura, mas também na educação dos jovens e no pensamento político e moral dos adultos (Page, 1965:24). Nenhum poeta, no decorrer da História, conseguiu ocupar espaço semelhante na vida de seu povo como Homero, em relação aos

gregos. Sem dúvida, ele foi o símbolo — e de certa forma ainda é — dessa sociedade (Finley, 1988:13).

Tal é a sua importância que, na Antigüidade, os poemas tornaram-se a base da cultura e da educação gregas. Se nos escritos de vários autores gregos antigos vêm-se referências a Homero, é porque o poeta foi realmente o grande educador da Hélade, fazendo parte da *paideia*<sup>8</sup> grega. De acordo com Dowden (1994:76), os gregos aprendiam os mitos desde o berço, com suas mães e preceptores, que os faziam conhecer Homero. Com Platão e Aristóteles não foi diferente: também foram educados nessa “*paideia* homérica” e, apesar de romperem com a tradição mítica e questionarem a intervenção dos deuses nos assuntos humanos, nunca chegaram a duvidar da existência do poeta. A influência de Homero no pensamento de vários autores da Antigüidade — entre eles Platão e Aristóteles — é bem visível, pois geralmente usavam a *Ilíada* e a *Odisséia* para ilustrar seus exemplos.

Antes de tecer considerações sobre as epopéias, é preciso esclarecer quem é esse poeta, a cujo gênio são atribuídas essas obras. Além de saber quem é esse Homero, é necessário também analisar qual a sua relação com a História e definir se é legítimo o seu uso como fonte histórica.

Quem foi Homero? Segundo Grandsden (1998:80), foi um poeta, proveniente da região da Jônia, que nasceu no alvorecer da História grega — século VIII a.C. Apesar dessa afirmação, não se pode ainda responder com precisão quem era Homero, e se de fato existiu, onde vivia e quando compôs os seus poemas. Isso nem mesmo os gregos antigos sabiam ao certo. Há uma tradição de que seria cego. Porém, na opinião de Vidal-Naquet (2002:13), Homero era tido como cego pelo fato de os antigos considerarem que a memória de um homem era mais extraordinária quando se encontrava desprovido de visão. É notável, por exemplo, a constatação de que o maior aedo da corte dos feácios seja o cego Demódoco. O próprio Odisseu atesta o valor do poeta: “Demódoco, louvo-te acima de todos os homens; se não foi a Musa, filha de Zeus, quem te ensinou, foi Apolo, pois cantas com perfeição os infortúnios dos aqueus [...] como se tu mesmo por acaso tivesses presente ou sabido por outrem.” (*Od.*, VIII, 98).

Sete cidades gregas, na Jônia e na Eólida, disputavam a honra de terem sido a pátria de Homero, entre elas Esmirna, no continente, e a ilha de Quios, onde até hoje

existe a chamada “pedra de Homero”, um rochedo em que, segundo a tradição, o poeta se sentava para recitar seus versos (Vidal-Naquet, 2002:14). Entre os finais do século V e o início do IV a.C., surgiram na ilha de Quios os chamados “homéridas” que se diziam descendentes de Homero e constituíam um grupo de *rapsodos*<sup>9</sup> que cantavam os poemas de seu suposto antepassado. O poeta Píndaro refere-se a eles:

“Homeridai” foi o nome dado, em tempos antigos, aos membros da família de Homero que também cantaram sua poesia. [...] Particularmente proeminente foi Cinatus e sua escola, que, eles dizem, compôs muitos versos e os inseriu nas obras de Homero. Esse Cinatus vem de uma família de Quios e [...] foi quem escreveu o *Hino Homérico a Apolo* e atribuiu a Homero o crédito. E esse Cinatus foi o primeiro a recitar os poemas de Homero em Siracusa durante a 69<sup>a</sup> olimpíada (aproximadamente 504/1 a.C.), como Hipostratus disse (Píndaro *apud* West, 1999:368).

Além da *Ilíada* e da *Odisséia*, uma série de outros poemas em honra aos deuses foi atribuída a Homero, tais como o *Hino Homérico a Deméter*, o *Hino Homérico a Apolo*, o *Hino Homérico a Afrodite*, entre outros. No entanto, tem-se certeza, desde a Antigüidade, de que tais hinos não foram escritos por ele, conforme atesta o relato de Píndaro.

A maioria dos estudiosos especula que, ao menos, o autor da *Ilíada* teria vivido na ilha de Quios. Insistindo na diferença entre os dois poemas, alguns pesquisadores atribuíram a *Ilíada* a um Homero que, nascido em Quios, teria vivido na Jônia, por volta de meados do século VIII a.C., mas não a *Odisséia*. Esta, segundo hipóteses, só teria sido elaborada cerca de meio século mais tarde (Mossé, 1989:21). As pesquisas mais recentes têm apontado que o mais provável é que a *Ilíada* e a *Odisséia* sejam o trabalho de diferentes autores e não de um só homem (West, 1999:364).

É difícil admitir uma diferença de quase cinquenta anos entre um poema e outro. Durante mais de dois mil anos foi aceita a tradição de que um mesmo homem escreveu tanto a *Ilíada* quanto a *Odisséia*. Essa opinião permaneceu unânime durante tanto tempo por basear-se no fato de que certas fórmulas — elemento característico da poesia oral — e epítetos são bem semelhantes em ambas as epopéias, a exemplo de “a Aurora de dedos

róseos”, “Aquiles de pés velozes”, “Odisseu, o saqueador de cidades” ou “Agamêmnon, pastor de guerreiros”.

Em seu artigo *The invention of Homer*, West (1999) trabalha com duas hipóteses. Em primeiro lugar, considera que “Homero” não foi o nome de uma personagem histórica, mas um nome fictício ou construído. Segundo, argumenta que, por um século ou mais após a composição da *Iliada* e da *Odisséia*, havia pouco interesse na identidade ou na pessoa de seu autor ou autores. Para West (1999:364), esse interesse somente surgiu nas últimas décadas do século VI a.C. No entanto, uma vez estabelecido, rapidamente Homero tornou-se um objeto de admiração, crítica e biografias.

West questiona a crença da maioria das pessoas na existência de um poeta chamado Homero. Em sua opinião, acredita-se nisso devido a uma longa tradição que vem desde a Antigüidade. Sendo assim, “aqueles que se apegam à crença de que um único homem foi responsável por ambos os poemas parecem, para mim, estar [...] presos por uma atração romântica pela tradicional idéia de um poeta supremo” (West, 1999:364).

Sabe-se que o nome “Homero” era o de um homem e não o equivalente grego a “anônimo” (Finley, 1988:13). No entanto, até isso é questionado. Devido à notabilidade dos tipos femininos na *Odisséia*, Samuel Butler — famoso tradutor das epopéias homéricas — opinou que ela fora escrita por uma mulher (Grandsden, 1998:91).

Se existiu, Homero foi um aedo. Os aedos representados nas epopéias homéricas não são mostrados criando poemas, mas sim reproduzindo histórias que eles ouviam sobre as proezas de homens e deuses, memória que pôde ser preservada através dos tempos, pelas Musas (West, 1999:365). O aedo grego é um profissional que se apóia em longos anos de aprendizagem e tem a sua disposição a matéria-prima necessária a sua arte: uma imensa massa de mitos; narrativas de heróis e deuses; fórmulas apropriadas a diversas situações, como o cair da noite e o nascer do dia; cenas de combates, festas, funerais; descrições de palácios, armas, tesouros. De acordo com Finley (1988:29), “é com estas pedras que o poeta constrói sua obra, e cada obra — quer dizer, cada atuação dele — é original, ainda que todos os elementos sejam velhos e já conhecidos”.

Buscar o “verdadeiro” Homero é uma tarefa bastante polêmica, como também o é a datação das epopéias. Sabe-se que os poemas homéricos remontam à Idade das Trevas e até mesmo a uma época um pouco anterior — o Micênico Tardio —, vindos de uma longa tradição de poesia transmitida oralmente pelos aedos. Com o passar do tempo e a recuperação da escrita no mundo grego, novas formas de literatura vão surgindo, os poemas escritos tomam o lugar da epopéia oral. Não existe, entretanto, um consenso entre os estudiosos sobre qual a data precisa dessa mudança. Finley (1988:30) considera provável que a *Iliada* tenha tomado a forma conhecida hoje, possivelmente, na segunda metade do século VIII a.C., senão nos detalhes, pelo menos em suas linhas gerais. A *Odisséia* e os poemas de Hesíodo teriam aparecido uma ou duas gerações mais tarde.

É difícil estabelecer com exatidão quando os poemas foram fixados por escrito. Mossé (1989:22) considera que foram redigidos em finais do século VIII a.C., porém, uma tradição atesta que isso ocorreu em 560 a.C., na Atenas de Psístrato. Já a divisão em cantos é bem mais tardia, provavelmente remonta ao século III a.C.<sup>10</sup> (Vidal-Naquet, 2002:19).

Embora tenha ocorrido no mundo grego do século VIII o ressurgimento da escrita e a fixação das epopéias em texto, não houve um desaparecimento total da poesia oral. Apesar de a *Iliada* e a *Odisséia* provavelmente já estarem escritas desde o século VIII a.C., sua divulgação permaneceu oral durante muito tempo. Mesmo com a introdução do alfabeto adaptado dos fenícios, o mundo grego dos séculos VIII e VII a.C. ainda era, em sua maioria, iletrado.

Devido a essa longa tradição de transmissão oral feita pelos aedos, é correto pensar que as epopéias sofreram grandes modificações ao longo dos séculos. Sua forma atual deve-se a essas transformações. A matéria-prima do poema era constituída basicamente pela massa de fórmulas tradicionais que, através das gerações de aedos, sofriam sucessivas modificações, ora deliberadas — por razões de ordem artística ou considerações políticas —, ora por negligência e indiferença para com a exatidão histórica, para não falar dos erros inevitáveis devido à transmissão oral (Finley, 1988:43).

Essas transformações que as epopéias sofriam são as prováveis causas das incoerências nelas contidas. É possível perceber nos poemas vários anacronismos,

contradições e relatos, por vezes sem paralelo no mundo antigo. Apesar de os poemas remontarem à Idade das Trevas ou até mesmo ao Micênico Tardio, muitas vezes parece que o poeta desconhecia totalmente esse mundo micênico.

Hoje em dia, já é quase consenso entre os especialistas que o mundo material homérico procede de diferentes períodos. As armas e as armaduras descritas por Homero são todas de bronze, mas, na época em que o poeta provavelmente viveu, o ferro já era de uso corrente. Homero mantém a metalurgia da Idade Micênica, porém suas armas não se assemelham àquelas encontradas nos sítios arqueológicos micênicos. No campo religioso, constatamos que os deuses em Homero tinham templos, enquanto os micênicos nunca os construíram. Apesar de citar alguns elementos micênicos, há outros que são totalmente esquecidos pelo poeta, como o fato de que, nas epopéias, os mortos são cremados, ao passo que, no mundo micênico, eram enterrados nos já citados túmulos-*tholoi*. Homero também não diz nada sobre a forte burocratização característica dos reinos micênicos. Para Taplin (1986:90), isso acontece em virtude de a tradição poética oral ter criado um amálgama de temas por intermédio de um longo processo de adição e exclusão. Ainda que esse amálgama seja, por vezes, incongruente, é esteticamente coerente e convincente.<sup>11</sup>

Finley também considera as obras coerentes. Para o autor (1990:92), do ponto de vista global há uma coerência interna na maneira como as instituições sociais emergem de um estudo da *Ilíada* e da *Odisséia*, a despeito dos anacronismos. Segundo opiniões de especialistas, esse quadro desenhado por Homero corresponde, no geral, à Idade das Trevas, pintado à maneira de um poeta e não de um historiador, retratado com exagero na escala, mas nem por isso puramente imaginário. Considerando-se esse fato, não se deve exigir de Homero um compromisso com a realidade, afinal ele não era historiador e sim, poeta. Para Taplin (1986:90), Homero não se importava em ser preciso, mas em ser plausível e emocionante; preocupava-se em conseguir criar um passado solidamente imaginável e adequado para os heróis.

A *Ilíada* é considerada por alguns como o maior dos dois poemas e, talvez, somente esta seja obra de Homero (West, 1999:364). Alguns pesquisadores tentaram ver similaridades ou até mesmo influências de poemas orientais, tais como *Gilgamesh*, na epopéia homérica. Thomas (1966:392) critica essa posição, considerando errôneo insistir nessas influências. Para o autor, as epopéias são completamente gregas em sua

concepção. Considerando que os poemas foram compostos na região da Jônia, onde a população vivia isolada dos principais centros orientais, não se deve esperar sinais dessa influência em Homero, a despeito de certas semelhanças nos temas.

A *Ilíada*, ao contrário do que supõem o senso comum e o saber escolar, não narra a história da Guerra de Tróia. Na verdade, esta é apenas um pano de fundo para o poeta abordar o drama de Aquiles, tema central da epopéia. O poema começa já no décimo ano da guerra. Nada nos é dito sobre os nove anos iniciais. O poeta também não se detém nos motivos do conflito e em como Agamêmnon — rei de Micenas — conseguiu mobilizar tantos homens, durante tanto tempo, na expedição contra Tróia. Esses são episódios citados apenas de passagem.

O poema começa com uma discussão entre Aquiles, herói grego, filho do rei Peleu, e Agamêmnon, comandante da expedição grega a Tróia, pela posse da cativa Briseida. Briseida era uma escrava que fora tomada de Aquiles por Agamêmnon, para substituir a cativa Criseida, devolvida ao pai — o sacerdote Criseis — a fim de aplacar a ira de Apolo, que havia mandado uma peste ao campo de batalha aqueu a pedido de seu sacerdote (*Il.*, I, 10 ss). Aquiles recusa-se a desistir de sua presa de guerra, sua parte no butim, seu *geras* (“prêmio, privilégio”)<sup>12</sup>. Destituído de seu *geras*, Aquiles sente-se profundamente ofendido em sua *time* (“honra”) e então se retira da batalha junto com seu exército, os mirmidões.

Aquiles só retorna ao combate no final do poema, para vingar a morte de seu amigo Pátroclo, matando Heitor, o herói troiano. O poema termina quando Aquiles, acalmada sua ira, concorda em desistir do cadáver de Heitor, que havia ultrajado, tratando-o deliberadamente com desonra. Esse padrão de ausência, retorno e vingança também ocorre na *Odisséia*, poema que narra as andanças do herói grego Odisseu em sua tentativa de retorno à cidade natal Ítaca, depois de vinte anos de ausência — dez anos lutando na guerra e mais dez tentando retornar. Odisseu busca vingança contra os pretendentes à mão de sua esposa, Penélope, que dilapidavam seu patrimônio e pretendiam tomar-lhe o poder em Ítaca. Essa semelhança de padrões constitui argumento em favor da concepção tradicional de uma autoria comum dos dois poemas. O mesmo ocorre com o fato de ambas as epopéias serem, em grande parte, determinadas pela psicologia das duas personagens principais (Grandsden, 1998:81-2).

Interessante notar que nem a morte de Aquiles, predita desde o começo do poema por sua mãe, Tétis (*Il.*, IX, 410-6), nem o famoso episódio do cavalo de Tróia — artimanha de Odisseu que define a vitória dos gregos —, aparecem na *Ilíada*. O desfecho da guerra e o destino de alguns heróis sobreviventes só são conhecidos por intermédio de outras narrativas, algumas das quais descritas na *Odisséia*, como o assassinato de Agamêmnom pelo amante de sua esposa e o regresso de Menelau a Esparta com sua esposa Helena, motivadora da guerra (Mossé, 1989:44).

Apesar de a *Ilíada* não servir aos historiadores como um relato verídico da Guerra de Tróia, não se deve ignorar o testemunho dela sobre as características de uma sociedade que é real (Mossé, 1989:46).

Por serem obras de natureza poética, deve-se pensar que tudo nas epopéias é mera ficção? Se assim for, qual seria então seu valor para o historiador? A *Ilíada* e a *Odisséia* são obras literárias e, como tal, bastam-se a si mesmas, não tendo a obrigação de expressar nenhuma realidade concreta (Mossé, 1989:19). Por outro lado, não se pode negar que os heróis, deuses, ninfas e monstros de Homero movem-se em um mundo real. A sociedade retratada e o pensamento de quem as produziu são históricos. Apesar de se admitir que o mundo material de Homero é uma mescla de vários períodos com grande inserção de elementos fictícios, suas estruturas e valores sociais foram extraídos do mundo real, a partir da realidade histórica em que viveu o poeta (Taplin, 1986:91). Um exemplo é o modo como o poeta retrata as instituições divinas, o conselho e a assembléia dos deuses: o poeta o faz à imagem do que ele conhece das instituições humanas (Vidal-Naquet, 2002:69).

O problema que se apresenta diante do historiador que trabalha com essa documentação é determinar se e em que medida a obra poética comporta uma conexão com a realidade social e histórica (Finley, 1988:28). De acordo com Theml (1995:148) cada criação artística tem uma significação histórica pelas relações que estabelece com o conjunto das estruturas sociais. São essas relações que devem ser elucidadas, para se compreender o papel do *basileus* na sociedade homérica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Primárias Impressas:

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Haroldo de Campos, v. I e II. São Paulo: Arx, 2003.

———. *Odisséia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Três, 1974.

### Obras de Apoio:

BURKERT, W. *Religião grega na época clássica e arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gunbenkian, 1993.

CHADWICK, J. A linear B. In.: HOOKER, C. B. F. (introd.). *Lendo o passado: a história da escrita antiga do cuneiforme ao alfabeto*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 175-243.

———. *El enigma micénico: el desciframiento de la lineal B*. Madrid: Taurus, 1973.

DOWDEN, K. *Os usos da mitologia grega*. São Paulo: Papirus, 1994.

FINLEY, M. *Grécia primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

———. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

———. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1988.

———. *Los griegos de la Antigüedad*. Barcelona: Labor, 1966.

GRANDSDEN, K. W. Homero e a epopéia. In: FINLEY, M. *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Ed. Unb, 1998, pp. 79-109.

GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia* 3 (1), 2003, pp. 41-61.

JAEGER, W. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORRIS, I. Use and abuse of Homer. In.: CAIRNS, D. L. (ed.). *Oxford readings in Homer's Iliad*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 57-91.

MOSSÉ, C. *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Ed. 70, 1989.

PAGE, D. O mundo homérico. In: LLOYD-JONES, H. (org.). *O mundo grego*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

STARR, C. *The origins of Greek civilization 1100-650 BC*. New York: Knopf, 1961.

TAPLIN, O. Homero. In.: BOARDMAN, J.; GRIFFIN, J. and MURRAY, O. *Historia Oxford del Mundo Clasico: 1. Grecia*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

TAYLOUR, W. *The Mycenaeans*. London: Thames and Hudson, 1964.

THEML, N. As realzas em Homero: *géras e timé*. *Phoînix* 1, 1995, pp.147-55.

THOMAS, C. G. The roots of Homeric kingship. *Historia* 15, 1966, pp. 387-407.

VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

WEST, M. L. The invention of Homer. *Classical Quarterly* 49 (2), 1999, pp. 364-82.

## Notas:

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante da dissertação intitulada “O poder e o sagrado na Idade das Trevas: a configuração simbólica da realeza homérica” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Ufes, sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Ufes.

<sup>3</sup> Professor do departamento de História da Ufes e atual coordenador do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, mestre em História Antiga e Medieval pela UFRJ e doutor em História pela USP.

<sup>4</sup> O termo “civilização”, embora anacrônico, vago e ideológico (Guarinello, 2003: 56), é utilizado neste artigo em um sentido de uniformidade cultural. Sabe-se que durante muito tempo o termo serviu para legitimar a hegemonia mundial européia. Ganhou conotações negativas com o desenvolvimento da idéia de civilização como algo superior, em oposição a “primitivo”. A despeito disso, pode ser entendido também como resultado da Revolução Urbana que se dá no período Neolítico, culminando no surgimento do Estado.

<sup>5</sup> Schliemann chegou a enviar um telegrama ao rei da Grécia avisando que havia descoberto o túmulo dos antepassados do soberano (Chadwick, 1973: 126).

<sup>6</sup> Transliteração da palavra grega *aidos*, que significa cantor.

<sup>7</sup> Na Grécia, a Idade do Bronze começou por volta de 3000 a.C., ou logo depois. Até pouco tempo atrás cogitava-se que a metalurgia do bronze teria chegado à Grécia vinda do Extremo Oriente. No entanto, hoje, pesquisadores já admitem que a metalurgia na Europa Central seja suficientemente antiga para constituir uma alternativa ao ponto de difusão original (Finley, 1990:4).

<sup>8</sup> Termo grego comumente traduzido como “educação”, “cultura”, “tradição”, entre outras. Para Jaeger (2001:1-20), nenhum expressa com exatidão o significado de *paideia*, servindo para exprimir apenas alguns dos aspectos desse conceito global. O sentido mais utilizado é o de “educação”, mas é preciso frisar que não se refere a uma educação meramente escolar, em sentido formal. *Paideia* poderia ser entendida como “formação”, no sentido de um aprendizado que forma e capacita o homem para exercer todas as suas capacidades, incluindo as atividades da *polis*.

<sup>9</sup> Em grego clássico *rhapsoidos* designa o poeta que viajava de cidade em cidade declamando poemas. Diferencia-se do aedo (*aidos*), pois o rapsodo, tradicionalmente, somente declama os poemas, não os cria. Se os cria, atribui a outros, como faz o Cinatus citado por Píndaro.

<sup>10</sup> Cada poema está dividido em vinte e quatro livros, um para cada letra do alfabeto grego. Atribui-se essa arrumação aos sábios de Alexandria (Finley, 1988:33).

<sup>11</sup> Essa coerência entre os dois poemas é um dos motivos apontados para se considerar as obras de autoria de uma mesma pessoa.

<sup>12</sup> *Geras* designa, na maior parte do texto da *Iliada*, privilégios concretos como a parte de escolha sobre o butim, presentes, direitos e prerrogativas políticas, entre outros (Theml, 1995:150).